A classe trabalhadora para além dos mitos

Luciana Wollmann*

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, 520 p.

Palavras-chave: Trabalhadores — Populismo — Sindicalismo

Keywords: Workers — Populism — Trade-unionism

Josés, Marias, Joões, milhares de Ulisses. Destino: São Paulo. A cidade, que fora ponto de partida dos “heróis nacionais” que desbravaram os recônditos mais longínquos do Brasil em busca de riquezas no século XVII, passou a receber nos anos de 1950, uma infinidade de “heróis anônimos” (p. 42) que também cultivavam, em si, a ideia do progresso. Oriundos do interior paulista, de Minas Gerais e, sobretudo, de diferentes estados do Nordeste brasileiro, eles eram trabalhadores e trabalhadoras que, motivados pelo ideário de riqueza e trabalho — cada vez mais presentes nas *narrativas* sobre a capital paulista daquele período (p. 19) — procuravam melhores oportunidades naquela que já era considerada a “Meca” dos migrantes.¹ As “ilusões da cidade” (p. 48), no entanto, não tardaram em aparecer. Não tão prestigiados quanto os heróis de outrora, os protagonistas dessa epopeia foram estimulados a ocupar novos territórios, localizados nas zonas periféricas da cidade. Num “esforço hercúleo” de enfrentar uma dupla jornada de trabalho — nas fábricas e na confecção de suas moradas —, esses trabalhadores foram responsáveis por imprimir novos traçados à cidade, ao mesmo tempo em que nela teciam seus laços. Tomando parte dessa “Pauliceia”, não demoraria muito para que nossos heróis percebessem que em terra em que se poderia ser um tanto Hércules ou Ulisses poder-se-ia também ser “Hidra de muitas cabeças”.²

Em “A Reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)”, Murilo Leal nos convida a acompanhar a saga desses milhares de trabalhadores que, já vivendo na cidade ou passando a tomar parte dela com as “novas correntes migratórias” ocorridas entre os anos 1940 e 1960, se “aventuravam” cotidianamente naquela grande metrópole. Em um esforço bem sucedido de tentar “integrar dois níveis de análise” (p. 34) — o individual e o coletivo —, o autor elegeu duas categorias de trabalhadores para a sua investigação: metalúrgicos e têxteis. Tal escolha se justifica, não só por serem as “duas maiores categorias operárias da época”, como

* Luciana Wollmann é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/ FGV.

1 BORGES apud FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 47.

2 Tomo de empréstimo aqui a metáfora utilizada por Peter Linebaugh e Marcus Redikersobre a formação do proletariado atlântico em: *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

esclarecem seus prefaciadores³, mas também por configurarem dois setores que se diferenciam, tanto por seus modelos de produção e capacidade de modernização industrial quanto pela composição social, pela organização e pelas formas de luta de seus trabalhadores. Essa contraposição mostrou-se essencial para o autor demonstrar os diferentes impactos experimentados por esses setores, a partir do processo de “reestruturação produtiva” naqueles que foram considerados os “anos áureos” do nacional-desenvolvimentismo. Para além dos impactos “na esfera da produção de mercadorias”, as interferências desses processos nos espaços de reprodução social foram também cuidadosamente esmiuçadas pelo autor.

É verdade que a análise de Leal “[...] vai muito além do exame de duas categorias” (p. 20). Temas abrangentes como populismo, trabalhismo, sindicalismo pré-1964, padrões de urbanização e experiências migratórias ocupam lugar destacado no trabalho do autor e são tomados sobre perspectivas tão originais quanto desafiadoras. Descortinando debates clássicos da historiografia brasileira, ele nos coloca questões que, embora não explicitamente formuladas, se encontram presentes, de uma maneira ou de outra, em toda a extensão da sua obra: qual foi o peso do papel social, político e econômico desempenhado pela classe trabalhadora e pelas demais classes populares no período da chamada “República Populista”? É possível compreendê-los apenas como porção mais frágil de um “pacto” — populista ou trabalhista? Ou eles estariam envolvidos em um complexo, mutável e desigual sistema de alianças? Se sim, que alianças seriam essas? Por quem e de que maneira elas foram compostas? Foi possível para a classe trabalhadora formular um projeto contra-hegemônico nesse período? Sim? Não? Quais foram os seus mediadores? Apresentando uma ampla e variada gama de fontes analisadas a partir de um escopo teórico e empírico consistente, o autor nos fornece elementos importantes para esses debates.

Elegendo como marco inicial o ano de 1953 — ano da greve dos 300 mil e da primeira eleição municipal realizada após a Revolução de 1930 — e como ano final o golpe civil-militar de 1964, o estudo de Leal procura pensar como a conquista do espaço público experimentado pelos trabalhadores a partir das greves apresentou-os como sujeito coletivo, sendo esse um dos aspectos chave para a sua análise sobre a “reinvenção” de classe. Todavia, ao destacar o processo eleitoral como justificativa para o seu recorte cronológico, o autor não sugere que este “refazer-se” se processou de forma “autônoma” ou “espontânea”, e nem tampouco de maneira “orquestrada” a partir da “cooptação” de alguns líderes. Para o autor, entenderemos melhor a dinâmica desse processo “[...] se substituirmos a ideia de anomia, heteronomia ou mesmo de ‘coletivo socialmente heterogêneo’ pela ideia de aliança de classes” (p. 115).

O livro está dividido em três partes: Parte I: “Determinações” (capítulos 1 e 2); “Práticas: lutas reivindicatórias, organizações” (capítulos 3 a 8); Parte III: “Representações: cultura e política (capítulos 9 e 10)”. Ainda que o autor não abra mão de uma organização sequencial, que forneça ao leitor uma dimensão cronológica dos acontecimentos — indispensável no momento de análise das greves —, observamos que são os aspectos concernentes à própria *experiência* dos trabalhadores os que mais interferem na disposição dos capítulos. Afinal de contas, Murilo Leal deixa claro logo na introdução a sua opção por uma “história vista de baixo”, assim como enumera os referenciais teóricos/ de análise que o auxiliaram a situar o seu trabalho a partir dessa perspectiva, com destaque para as contribuições de

3 O livro é apresentado por Paulo Fontes e prefaciado por Marcelo Badaró.

expoentes da história social britânica, como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, e para a historiografia do trabalho brasileira recente. O diálogo com brasilianistas, com outros marxistas — Raymond Williams, Antonio Gramsci e Henri Lefebvre — e com autores que se dedicaram a pesquisar temas como populismo e trabalhismo também merece ser destacado, pois eles estiveram presentes na análise do autor, seja como arcabouço conceitual ou como repertório para as suas formulações críticas.

A ideia de “reinvenção”, que busca dialogar com a obra clássica de Angela de Castro Gomes⁴ e que também encontra lugar em alguns pressupostos da História Cultural, refere-se à classe, não como uma categoria fixa e imutável, mas como algo flexível que incorpora ou ressignifica elementos, crenças e valores em determinadas conjunturas. Naquele período, segundo o autor, “[...] as próprias características da classe operária mudaram constantemente” e “[...] o repertório de crenças e valores com os quais a classe se via no começo da década de 1950 era muito diferente daquele que aparece nos discursos no começo dos anos 1960” (p. 36).

Na primeira parte do livro, o autor busca apresentar algumas características “estruturais” da industrialização e da urbanização periférica de São Paulo, observando não apenas como essas “condições objetivas” interferiram na experiência operária, mas também como os trabalhadores puderam lhe exercer influência. Duas categorias marxistas — Produção material e Reprodução social — fornecem inspiração aos títulos, ainda que a maior influência talvez advenha de uma releitura lefebvriana desses conceitos.⁵ Em “Espaços de Produção” (cap. 1), Leal procura refletir sobre o papel da classe trabalhadora nas transformações que ocorreram na industrialização brasileira a partir dos anos de 1950. O processo de migração, as características das indústrias metalúrgica e têxtil, o aprendizado profissional — adquirido em escolas ou no “chão de fábrica” —, a heterogeneidade do proletariado brasileiro — composto por homens, mulheres, jovens de diferentes origens —, as diferentes formas de remuneração, as reivindicações por local de trabalho e as condições insalubres da produção fabril compuseram fatores agregadores e desagregadores da classe trabalhadora. Debruçar sobre eles nos fornece elementos para repensar como a classe operária exerceu influência no projeto industrializante articulado “pela burguesia industrial e pela burocracia de Estado” (p. 45), ainda que estivesse “desarticulada em seu potencial político contra hegemônico” (Idem).

No capítulo 2, “Espaços de Reprodução”, o autor analisa as bases e o desenvolvimento daquilo que ele denominou “padrão periférico de habitação operária e popular”. A especulação imobiliária ocorrida nas áreas centrais da cidade transferiu grandes contingentes de trabalhadores para as regiões mais afastadas. O “fetichismo da mercadoria” tomava, então, forma de habitação popular. Extraindo horas extras da vida dos trabalhadores — tanto na esfera de produção fabril quanto na esfera de produção doméstica (p. 95) —, o “padrão periférico” de urbanização das “áreas vazias” da cidade se deu a partir da superexploração do trabalho e da espoliação urbana. Porém, nem só de *trabalho abstrato* se fez a ocupação das periferias. O *trabalho concreto* dos mutirões organizados para construção das “casas domingueiras”, as redes de solidariedade tecidas, a realização do “sonho da casa própria” — que “verdadeiro ou não” diminuía o sentimento de “insegurança estrutural” dos trabalhadores — e, finalmente, a luta coletiva por direitos demons-

4 GOMES, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1984.

5 Pensando o espaço urbano como um elemento central do modo de produção capitalista, Henri Lefebvre analisa como a “produção do espaço” produz relações sociais, ao mesmo tempo em que são produzidas por elas. Essa ideia, central nas análises do autor, se encontra presente em suas diferentes obras. Murilo Leal faz referência a dois títulos, sendo eles: LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia* — Contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983; LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

tram que, para além do “pacto” consubstanciado pelo consentimento do poder público diante das ocupações “irregulares” das periferias, a experiência de classe também se fez a partir de lutas sociais pelo direito à cidade. Enfraquecidos pela dispersão espacial de um lado, mas fortalecidos pelas “redes densas” e pelas “redes amplas” propiciadas pelos “mediadores espaciais” — SABs, CDPs, imprensa diária e políticos que iam buscar apoio local — por outro, o autor demonstra como o espaço também se apresenta como um elemento constitutivo da formação de classe.

Na segunda parte — a mais volumosa do livro — o autor analisa separadamente as lutas fabris e de bairro para, posteriormente, demonstrar como as lutas contra a carestia possibilitaram a formação de uma aliança interclassista, bem como a elaboração de um projeto contra-hegemônico. Os motins urbanos, os piquetes, os abaixo-assinados e manifestos, as alianças estabelecidas e desfeitas, as intersindicais, as associações, as greves dos 300 mil em 1953 a dos 400 mil — por aumento salarial e contra a carestia — em 1957, a dos 700 mil — considerada a mais ampla e organizada, mas menos popular — em 1963, são analisados em detalhes e nos possibilitam visualizar como as demandas urbanas, de consumo e às referentes ao mundo do trabalho tiveram ressonância na voz de um “sujeito coletivo” que forjou para si, e com auxílio de outros atores, uma “esfera pública plebeia” (p. 168). Na esteira das lutas, a “justiça legal” e “moral” é acionada. A publicização da questão operária e popular por meio da imprensa sindical, comunista e popular, e de denúncias feitas à Câmara e à Assembleia Legislativa possibilitaram a divulgação e a legitimação da “condição operária”. Nesse ínterim, ao contrário de diluir-se no todo heterogêneo das “classes populares”, como afirmavam alguns dos expoentes da bibliografia crítica ao populismo, o autor identifica uma “hegemonia proletária no campo popular” (p. 461).

Na terceira e última parte do livro, não por acaso, cultura operária e popular, representação política e consciência de classe são apresentadas em um só bloco. Afinal, “cultura” e “política” não são vistas aqui como “entes” separados do processo social, mas como elementos constitutivos que estão “[...] presos na mesma rede de relações”.⁶ No capítulo 9, o tempo de festas e de lutas marcado no calendário operário “[...] oferece-nos pistas sobre os valores compartilhados e significados atribuídos aos eventos” (p. 397). A labuta diária empreendida pelos trabalhadores contra os pequenos furtos do capital sobre o seu tempo (discutida na parte 2 do livro) era engendrada também no plano da cultura e dos costumes. O despotismo patronal, comumente lembrado por suas “raízes patriarcais e escravocratas” (p. 148-157), poderia, da mesma forma, ser enfrentado pelos trabalhadores a partir do controle do seu “tempo livre”. Logicamente que a “cultura operária” não é tomada pelo autor de forma estandardizada, pois, ainda que possuía especificidades, se encontra entremeada por valores da cultura popular, pelas comemorações oficiais do Estado e até por elementos da sociedade patriarcal. Nesse ínterim, as comemorações apresentadas pelo autor — como o 1.º de Maio e os concursos de Rainha, por exemplo — poderiam adquirir significados variados nesta verdadeira “luta de representações” do calendário operário (p. 399). O exercício contínuo de tentar captar — a partir de uma apreciação cuidadosa das fontes — as “raízes”, os valores costumeiros e a “invenção das tradições” da classe trabalhadora brasileira constitui, a nosso ver, uma das mais valiosas e inspiradoras contribuições de “A Reinvenção”.

6 NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.) E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 208.

No capítulo 10, Leal procura problematizar os “bloqueios” enfrentados por aquilo que ele denominou de “novo bloco histórico” forjado por meio das lutas populares e de classe, ao longo deste período de mais de dez anos. Aqui, foi analisado como o PTB — por sua desarticulação política e fragilidade eleitoral (p. 405) — e o PCB — pela missão imperiosa de cumprir “etapas históricas” (p. 432) — obstaculizaram a possibilidade de se hegemonizarem como “representação política dos trabalhadores”. A concepção corporativa da política dos sindicalistas e os movimentos, ora de “incorporação”, ora de repressão do sistema político partidário (p. 419), também são apontados como parte de um processo que impossibilitou a criação de um partido de trabalhadores. Cabe ressaltar que o conceito de “incorporação” das forças contra-hegemônicas utilizado pelo autor encontra-se inserido em um campo contínuo de correlação de forças.

Resultado de sua tese de doutorado, defendida pelo Departamento de História da USP, o livro de Murilo Leal consiste em leitura obrigatória para os estudiosos da História Social do Trabalho. Por vezes, o “potencial contra-hegemônico da aliança interclassista” narrada pelo autor parece, de fato, ganhar “ares épicos”. Porém, a inegável qualidade da obra, somada às possibilidades analíticas suscitadas pelo autor a partir da derrubada de “antigos mitos” e de novas matrizes interpretativas, certamente contribuem para “oxigenar” antigos debates acadêmicos, suscitando novas polêmicas.

Recebida em 4/11/2013

Aprovada em 6/12/2013